

Directrizes anotadas do Protocolo de impacto qualitativo

O presente documento é uma versão anotada da versão integral das Directrizes, disponível no livro "Attributing Development Impact" (consulte www.bathcdr.org para ter acesso à versão integral). Esta versão mais curta foi concebida para ser mais acessível aos colaboradores da MEL cujo idioma materno não é o inglês, e está disponível em vários idiomas.

O Protocolo de impacto qualitativo (QuIP – Qualitative Impact Protocol) foi desenvolvido na Universidade de Bath, no Reino Unido, com o objectivo de dar resposta ao desafio que é a avaliação do impacto das intervenções em contextos complexos e/ou em rápida mudança de uma forma que seja credível, oportuna e eficaz em termos de custos. O QuIP baseia-se nas evidências das motivações causais de mudança obtida por meio de entrevistas aprofundadas com entrevistados seleccionados cujas histórias possam ser relevantes para a teoria da mudança que está a ser testada. Foi concebido especialmente para reduzir potenciais desvios de resposta e enfrentar os desafios associados à análise e apresentação de dados qualitativos deste tipo.

Estas directrizes têm como objectivo disponibilizar uma introdução detalhada a quem estiver a planear realizar um estudo QuIP. No entanto, recomendamos que sejam consultados outros recursos e informações educacionais disponíveis em www.bathcdr.org.

A. Descrição geral do QuIP

Os indivíduos e as agências empenhados em acções que têm objectivos sociais e de desenvolvimento necessitam de evidências que confirmem que estão realmente a conseguir concretizar aquilo que se propuseram fazer. Essas acções podem ser designadas de muitas formas: bolsas, investimentos, intervenções, projectos ou programas. Por uma questão de conveniência, iremos utilizar o termo "projecto" quando nos referirmos a qualquer uma destas acções. Seja qual for o caso, os intervenientes necessitam de evidências que os ajudem a decidir se irão continuar, expandir ou alterar o que estão a fazer. Necessitam também de informar as pessoas com quem trabalham, nomeadamente as pessoas que se pretende que beneficiem destas acções e aquelas que estão a ajudar a financiá-las.

Em situações caracterizadas pela sua diversidade, complexidade e rápida mutação, não é óbvia a melhor forma de obter essas evidências, e isso depende, em certa medida, do motivo pelo qual tais evidências são tão necessárias. Será sobretudo para demonstrar que acções desenvolvidas no passado funcionaram, identificar formas específicas de melhorar actividades em curso ou reflectir sobre a missão e visão subjacentes a uma organização? Será mais importante quantificar a magnitude do impacto ou explicar o motivo pelo qual variou de pessoa para pessoa ou de lugar para lugar? Até que ponto é que as evidências têm de ser credíveis e que nível de gastos pode ser considerado justificável? Há muitas formas diferentes de responder a estas questões. Os seus pontos fortes e fracos variam em função do contexto, e não existe um método ou uma abordagem que seja superior a todos os outros em todas as circunstâncias.

As formas de avaliar quantitativamente o impacto podem ser rigorosas e precisas, mas apresentam vários problemas: podem ser dispendiosas, lentas, enfatizar efeitos que correspondem à média e indicar relativamente pouco sobre a forma como as alterações têm lugar. O QuIP analisa o impacto do ponto de vista das pessoas que se encontram no terreno e daquilo que consideram mais importante. É bom para compreender o impacto de forma contextualizada e inclui uma explicação das variações desse impacto e da contribuição de uma intervenção em situações complexas e em mutação.

O principal objectivo do QuIP é comprovar no concreto se os efeitos sociais que uma actividade planeada ou um conjunto de actividades planeadas têm nos beneficiários visados são os previstos, ou se estão a ter consequências imprevistas. Também pode ajudar a compreender melhor outros factores que estejam a afectar mudanças esperadas (ou até mesmo inesperadas) ou a evidenciar variações registadas num determinado grupo em termos das mudanças experienciadas e da percepção dos motivadores causais dessas mudanças. O QuIP é versátil: pode ser utilizado de forma relativamente restrita para confirmar se uma intervenção específica está a funcionar conforme o previsto (por exemplo, conforme estabelecido na teoria da mudança de um projecto), mas também pode ser utilizado para explorar o que está a impulsionar a mudança como parte do compromisso mais amplo de uma organização para reflectir sobre as suas prioridades, estratégias e actividades. No entanto, regra geral, não é muito útil para capturar a magnitude das mudanças. Por esse motivo, algumas pessoas poderão considerá-lo uma forma de avaliar a contribuição do impacto e não a sua atribuição. No entanto, o QuIP pode auxiliar de forma útil na estimativa da magnitude dos possíveis impactos quando utilizado em combinação com outros métodos.

Ao contrário dos métodos quantitativos, o QuIP propõe-se gerar evidências de impacto caso a caso com base em declarações causais narrativas providas directamente dos beneficiários visados pelo projecto, sem a necessidade de entrevistar um grupo de controlo. Procura-se obter uma evidência da atribuição através dos testemunhos dos próprios entrevistados acerca dos mecanismos causais. Isto contrasta com métodos que dependem da inferência estatística baseada na exposição variável a uma intervenção.

Existem fortes razões éticas para perguntar directamente às pessoas visadas que efeito têm as acções que se destinam a beneficiá-las, mas fazê-lo implica encontrar formas credíveis de lidar com possíveis desvios nas respostas. O QuIP fá-lo de modo a que a recolha de dados qualitativos seja feita com o mínimo de referência possível à actividade específica que está a ser avaliada e dando uma ponderação equitativa a todos os possíveis motivadores de mudança nos possíveis domínios de impacto. Isto consegue-se trabalhando com investigadores que sejam totalmente independentes da organização responsável pelas acções que estão a ser avaliadas. Na verdade, sempre que possível, deve-se ocultar aos investigadores a identidade da organização que está a ser avaliada, os detalhes da implementação do projecto e a teoria da mudança subjacente a essas acções. A evidência recolhida junto dos entrevistados assume a forma de "histórias" acerca de motivadores causais de mudança em áreas seleccionadas das suas vidas. Um outro investigador, o analista (a quem estas informações não foram ocultadas), analisa estas declarações usando uma abordagem padronizada para codificar conexões causais na narrativa, evidenciando se as razões referidas para a mudança confirmam ou minam, explícita ou implicitamente, a teoria causal que sustenta a intervenção (ou se são completamente acidentais em relação a ela). Sempre que possível, esta análise pode ser comparada com as mudanças observadas e os dados de monitorização das actividades do projecto, ajudando a construir uma imagem mais detalhada do que realmente mudou e porquê.

Outra potencial limitação da evidência de impacto auto-relatada é o facto de se restringir ao que os entrevistados realmente sabem e ao que consideram mais importante. A utilização do QuIP não depende de acreditar que os entrevistados são oniscientes, mas que as suas experiências e opiniões são perspicazes e importantes. Pode ser utilizado a par de outras formas de evidência para identificar importantes lacunas cognitivas entre diferentes intervenientes. Por exemplo, se a equipa que está a trabalhar no projecto e os beneficiários visados tiverem percepções muito contrastantes, é provável que seja útil saber que isso é assim.

Quando se planeia um estudo QuIP, existem vários elementos diferentes que podem ser alterados na metodologia, a fim de cumprir os requisitos específicos do projecto que está a ser avaliado. Por que motivo está a ser considerado um estudo QuIP, por quem e de que forma irá ser utilizada a evidência resultante, em conjunto com as informações provenientes de outras fontes? Isto irá ter influência sobre que outros dados poderão vir a ser necessários, sobre a forma como as estratégias de temporização e amostragem se irão sobrepor e sobre quem irá estar envolvido em cada fase. A próxima secção tem em consideração estas questões e a forma como deve ser planeado um estudo QuIP.

B. Planeamento e concepção de um estudo QuIP

B1. Usar um QuIP ou não usar um QuIP?

O QuIP oferece uma solução para o desafio da atribuição. No entanto, não é apropriado a todas as situações, sendo frequentemente mais eficaz quando combinado com outros métodos para gerar toda a evidência que possa ser esperada de uma avaliação. É importante fazer uma gestão das expectativas de todos os envolvidos no que diz respeito ao seu potencial de acrescentar valor e também no que diz respeito às suas limitações.

O que **permite** o QuIP:

- Obter informações quanto às *percepções* de mudança dos beneficiários visados, bem como a sua compreensão do motivo pelo qual estas mudanças ocorreram.
- Esclarecer as fontes e as razões da variação da mudança no seio da população dos beneficiários visados.
- Auxiliar na confirmação ou refutação da teoria (da mudança) subjacente a um projecto no que diz respeito a beneficiários visados específicos e áreas de amostragem.
- Gerar esse tipo de dados de uma forma mais credível, reduzindo o risco de desvios pró-projecto através da incorporação de um nível de ocultação apropriado.
- Utilizar um questionário qualitativo desenvolvido com o comissário para explorar as mudanças percebidas em toda uma variedade de domínios de meios de subsistência e bem-estar.
- Empregar investigadores locais experientes e qualificados que conduzam entrevistas com os beneficiários visados no idioma local apropriado.
- Codificar e analisar os dados das entrevistas de uma forma transparente, sistemática e rigorosa, utilizando uma codificação temática flexível (para identificar os diferentes motivadores de mudança e resultados e o grau em que estes podem ser atribuídos ao projecto).

- Capacitar e incentivar os utilizadores a consultar os dados do texto original, fornecendo um anexo anotado de todos os dados de entrevista codificados e/ou acesso digital aos mesmos através de um painel.
- Gerar dados que possam ser utilizados num leque alargado de reuniões com as partes interessadas e de "sensemaking" (produção de sentido), nomeadamente com o pessoal que está a trabalhar no projecto e com os beneficiários visados.

O que **não permite** o QuIP:

- Fornecer resultados que sejam estatisticamente representativos de todos os beneficiários visados. Os estudos QuIP são concebidos para obter uma visão mais aprofundada das mudanças que ocorrem em comunidades ou subgrupos intencionalmente seleccionados e para permitir uma generalização cautelosa numa população mais vasta.
- Garantir respostas a perguntas muito específicas sobre o impacto de certas actividades do projecto. Se a actividade for considerada importante pelos entrevistados num domínio de bem-estar abordado na entrevista (e não simplesmente considerada um dado adquirido), o QuIP deverá detectar referências espontâneas a esses motivadores relacionados com o projecto. No entanto, se as actividades do projecto forem relativamente acessórias na vida dos entrevistados, será então necessário um tipo de perguntas mais directas e direccionadas. Contudo, pode continuar a ser útil conseguir uma melhor compreensão do contexto mais amplo de mudança (incluindo factores que contribuem para ou mitigam o sucesso ou o fracasso do projecto).
- Medir a magnitude dos impactos ou fornecer dados quantitativos detalhados. O QuIP está mais centrado na natureza do impacto do que na sua magnitude. Algumas quantificações de motivadores de mudança e de resultados podem ser geradas para resumir e visualizar padrões e temas em toda a amostra, apesar de os dados não serem estatisticamente representativos. Podem ser úteis para dar forma a modelos que possam simular a magnitude da mudança, mas serão necessários outros dados para calibrar esses modelos.
- Classificar ou ponderar o sucesso ou fracasso geral de um projecto. Embora a visualização de dados qualitativos codificados possa tornar a evidência mais fácil de compreender e permita destacar padrões e "outliers", os comissários precisam de estar preparados para interagir com os dados e, sempre que possível, fazer a triangulação com evidências de outras fontes para fazer uma avaliação geral do projecto e extrair recomendações para acções futuras.
- Promover directamente uma abordagem mais participativa do desenvolvimento, embora as conclusões possam ser utilizadas para promover a reflexão e a aprendizagem entre os beneficiários visados, e alguns entrevistados tenham também relatado que as entrevistas e os grupos-alvo são oportunidades úteis e/ou agradáveis de auto-reflexão.

B2. Quem vai estar envolvido na realização do estudo?

O **comissário** é o consumidor principal das evidências que vão ser recolhidas e recai sobre o mesmo a responsabilidade de decidir que tipo de evidências pretende, bem como quando, onde, como e porquê recolhê-las. Tem como principais responsabilidades a confirmação do âmbito do estudo, chegar a acordo quanto à estratégia de amostragem, fornecer a documentação relevante para o projecto de modo a permitir a selecção da amostra, supervisionar e apoiar a disseminação e o uso apropriados das conclusões, nomeadamente garantir que a interpretação dos dados do QuIP é integrada nas evidências geradas de outras formas. Além desta, existem mais três funções principais num estudo QuIP:

- O **avaliador principal** é responsável por trabalhar com o comissário, conceber e gerir o estudo, solicitar a recolha de dados a uma equipa de investigação em campo e supervisionar a análise e a realização de relatórios. A contratação de alguém exterior à organização para desempenhar esta função provavelmente fortalecerá a credibilidade da evidência produzida, mas esta função pode ser desempenhada por um colaborador da mesma organização que esteja encarregue da implementação do projecto, desde que não esteja directamente envolvido na gestão do mesmo. Entre as suas principais responsabilidades inclui-se criar os questionários e a estratégia de amostragem, recrutar, formar e gerir investigadores, supervisionar a análise de dados (se não for o próprio a fazê-la) e produzir um relatório de síntese para ser utilizado junto das principais partes interessadas. O avaliador principal deverá estar familiarizado com os princípios da análise qualitativa de dados e também deve estar em posição de gerir a subcontratação dos investigadores de campo.
- O **investigador principal** desempenha uma função chave no processo do QuIP e é responsável pela gestão de todos os aspectos da recolha de dados. Normalmente, esta função é desempenhada por investigadores qualitativos experientes, originários do país onde se realiza a avaliação, com um historial na realização de trabalho de campo de elevada qualidade e no recrutamento, formação e gestão de equipas de campo. Um compromisso de atingir o objectivo de permitir que as vozes autênticas dos beneficiários visados sejam ouvidas é também fundamental. As principais responsabilidades do investigador principal de campo incluem recrutar e gerir uma equipa experiente, assumir a responsabilidade pela obtenção do acesso à amostra pré-seleccionada de entrevistados, garantir que os dados da entrevista têm um padrão elevado e manter uma boa comunicação com o avaliador principal.
- O **analista** é responsável por codificar todas as entrevistas utilizando a abordagem do QuIP para efectuar uma análise temática qualitativa em software apropriado, analisar os dados codificados e extrair as principais conclusões para preparar a redacção do relatório ou o debriefing com o avaliador principal. A função de analista pode ser combinada com a de avaliador principal. No entanto, uma vez que requerem competências muito diferentes e a análise pode ser bastante morosa, existem bons motivos para separar estas funções nos casos em que não seja possível combinar este conjunto de competências com a disponibilidade, desde que seja possível garantir uma comunicação e colaboração eficazes. Um analista eficaz deve ser capaz de concentrar-se nos dados e identificar e expor afirmações causais e histórias de mudança, tanto positivas como negativas, que muitas vezes são complicadas. Espera-se do analista que extraia as principais conclusões dos dados, construa as tabelas e visualizações de dados relevantes e as apresente como base de um relatório QuIP.

B3. Quando deve ser realizado um QuIP?

A decisão de quando agendar um QuIP depende da respectiva relação com o projecto que está a ser avaliado.

- Numa fase inicial da concepção, como ferramenta de diagnóstico para identificar motivadores de mudança ou testar a teoria subjacente a um projecto proposto.
- No início ou a meio de um projecto, como forma de aprofundar ou de comprovar no concreto, para descobrir o que os beneficiários visados pensam que está a acontecer, com tempo para corrigir o curso levado com base nas informações recolhidas junto, por exemplo, dos indivíduos que os dados de monitorização sugerem ser desviantes positivos e/ou negativos.
- Depois, ou no final, de um projecto, para dar forma à reflexão sobre o que correu bem e porquê (incluindo a relevância, suficiência e fiabilidade dos pressupostos e teorias que serviram de base ao projecto), mesmo quando não existe uma linha de base ou grupo de controlo que ajude a fazer a avaliação do impacto através de comparações estatísticas.

B4. Como seleccionar uma amostra?

Não existe um método universal de melhores práticas de selecção de casos para um estudo QuIP, uma vez que depende de muitos factores contextuais. Os mais importantes são (a) o objectivo principal do estudo, incluindo o seu papel na avaliação de uma teoria da mudança explícita, (b) a disponibilidade de dados relevantes sobre a variação das características dos que se espera que venham a ser os ganhadores e os perdedores do projecto, (c) a disponibilidade de dados relevantes sobre a variação em termos da sua exposição às actividades do projecto, (d) condicionalismos de tempo e de recursos, (e) quantidade de dados que um analista consegue gerir. Esta secção explora brevemente estes factores e, em seguida, enuncia as decisões de amostragem necessárias antes de iniciar a recolha dos dados.

(a) Objectivo principal do estudo

Decidir quem entrevistar, quantas pessoas entrevistar e a melhor forma de as seleccionar exige clareza sobre que informações pretendemos obter, quem irá obtê-las e porquê. Se isto for negligenciado, não só resultará numa prática de má qualidade, mas também em mal-entendidos acerca da qualidade do estudo. Por exemplo, o desvio da amostra não é um problema num estudo QuIP que deliberadamente se propôs identificar motivadores de resultados bem-sucedidos entrevistando desviantes positivos. Uma amostragem deliberadamente selectiva ou explicitamente enviesada é, neste caso, adequada ao fim definido.

Mais genericamente, as diferenças na estratégia de amostragem derivam do facto de a prioridade ser confirmar e quantificar o impacto global de um projecto concluído numa população definida, relativamente a um conjunto de indicadores mensuráveis e uma teoria da mudança predeterminados, ou explorar o que está a acontecer de uma forma mais aberta, com vista a melhorar a implementação de um projecto em curso, por exemplo. O QuIP é uma abordagem relativamente flexível e aberta. Tem como principal objectivo reunir evidências de processos causais em jogo, e não a sua quantificação. Decidir qual será o número de entrevistas e de grupos-alvo a realizar depende menos de uma redução do desvio da amostra do que de avaliar até que ponto as informações extra sobre os processos causais que se obtêm através de mais dados têm poucas probabilidades de justificar o custo acrescido. Como referência, um QuIP padrão é

constituído por 24 entrevistas domiciliares individuais e quatro discussões com grupos-alvo. Mas isto pode precisar de ser ajustado por diferentes motivos, nomeadamente o tempo necessário para localizar os entrevistados. Por exemplo, é comum efectuar um "QuIP duplo", que duplique a recolha de dados, muitas vezes com o objectivo de obter subamostras de dois segmentos da população contrastantes.

(b) Variação contextual

A selecção aleatória de entrevistados em toda a população afectada pelo projecto é um bom ponto de partida quando se pensa na amostragem para um estudo QuIP, embora também existam bons motivos para que não seja utilizada. Por exemplo, se houver boas razões para esperar que o impacto varie em diferentes subgrupos, e já tivermos dados que nos permitam identificar esses subgrupos, existem bons motivos para efectuar uma estratificação da amostra. Um projecto pode abranger duas áreas com diferenças geográficas marcadas que justifiquem a inclusão de uma quota mínima de pessoas que vivam em cada uma delas (por exemplo, áreas urbanas e rurais, povoações com irrigação e sem irrigação). Estratificar uma amostra com base nestas razões é uma arte que depende de considerar previamente quais os factores contextuais que têm mais probabilidades de ser uma fonte de variação nos resultados do projecto. Nos casos em que os dados de monitorização da linha de base e da linha final já foram recolhidos e analisados, existem mais possibilidades de selecção da amostra de QuIP. Por exemplo, podem ser seleccionadas amostras de quotas de agregados familiares "desviantes positivos" que registaram melhorias rápidas nos indicadores-chave, a fim de descobrir mais sobre quais foram os motivadores do seu êxito. Por outro lado, há motivos para desviar deliberadamente a amostra para agregados familiares onde não se registou êxito, para perceber o motivo. Uma terceira opção é fazer ambos, para termos uma maior certeza de que estamos a captar toda a diversidade de mudanças causais vivenciadas pelos agregados. Em alternativa, um QuIP duplo pode dividir a amostra em quatro grupos: mais rico e a melhorar; mais rico, mas em declínio; mais pobre, mas a melhorar; mais pobre e a piorar. Em qualquer dos casos, o número de entrevistas que vale a pena conduzir depende não apenas da minimização do erro de amostragem, mas também do benefício marginal (em termos de evidências extra dos principais motivadores de mudança) obtido com cada entrevista adicional.

(c) Variação da exposição ou do "tratamento"

Refere-se à variação da forma como se espera que as actividades do projecto afectem diferentes pessoas, incluindo aquelas que recebem diferentes pacotes de bens e serviços. Além disso, existem aqueles que podem só ser afectados indirectamente: porque os vizinhos são afectados e podem partilhar coisas com eles, por exemplo. Se houver dados disponíveis sobre a variação de quem recebeu directamente o quê e quando, e se se esperar que essas diferenças tenham diferentes efeitos causais, então poderá ser necessário estratificar a amostra para garantir que reflecte um intervalo de exposição ao tratamento. A avaliação do impacto feita com o QuIP não requer um grupo de controlo de pessoas completamente não afectadas pelo projecto. No entanto, pode argumentar-se que é necessário entrevistar algumas pessoas não afectadas pelo projecto (mas semelhantes às que o são), para apurar se referem motivadores de mudança diferentes ou adicionais.

(d) Condicionalismos de tempo e de recursos

Uma terceira razão para não utilizar a aleatorização pura na selecção da amostra é a possibilidade de agrupar os entrevistados geograficamente a fim de reduzir o tempo e o custo da recolha de dados. Uma forma de o fazer é adoptando a amostragem aleatória em duas fases, sendo a primeira fase baseada em unidades geográficas (por exemplo, aldeias, distritos ou áreas de recenseamento) listadas de acordo com um qualquer critério conhecido que possa ser uma fonte importante de variação nos resultados do projecto (por exemplo, distância a que se está de uma estrada principal ou de um mercado; zonas agro-ecológicas). Uma localidade é depois seleccionada aleatoriamente, sendo adicionadas mais localidades contabilizando X ao longo da lista, onde X corresponde ao número de localidades dividido pelo número pretendido para a amostra. Por exemplo, se houver 40 aldeias e cada uma tiver um número igual de beneficiários visados, e se se tiver decidido utilizar na amostra quatro dessas aldeias, deverá ser seleccionada uma aldeia de 10 em 10 utilizando um ponto de partida aleatório na lista. Na segunda fase, o procedimento é repetido, mas começando com uma lista de todos os agregados familiares com beneficiários visados em cada aldeia seleccionada.

Em última análise, os condicionalismos orçamentais (ditados por factores aquém do controlo do investigador principal ou mesmo do comissário) também podem limitar o número total de entrevistas e de grupos-alvo que um estudo QuIP pode cobrir. O desafio será, pois, tomar decisões que maximizem o valor potencial, embora sujeitas a este condicionalismo. É menos preciso, mas não menos razoável, do que utilizar cálculos de potência para calcular o tamanho mínimo da amostra "necessário" para estimar o valor de um indicador-chave com um nível aceitável de significância estatística.

(e) Capacidade de absorção do analista

Um outro factor que influencia o tamanho e a selecção da amostra é o limite da quantidade de dados que um analista consegue analisar continuando a conseguir efectuar a codificação de forma abrangente, sistemática e inclusiva. Só um analista bastante competente e experiente conseguirá ir para além de um QuIP duplo. Se, no entanto, se justificar uma amostra maior, podem ser realizados QuIP em paralelo ou em sucessão, que serão depois analisados separadamente, podendo depois os relatórios ser submetidos a uma síntese ou a uma meta-análise.

Antes de decidir o critério a utilizar na selecção de casos, pode ser útil analisar as seguintes questões em equipa:

- É mais importante avaliar a experiência *típica* dos beneficiários visados, ou concentrar-se na experiência diversa de grupos socioeconómicos mais restritos, ou de beneficiários expostos a "tratamentos" diferentes, ou que parecem, com base nos dados de monitorização, estar particularmente melhor ou pior do que outros?
- A sobreposição com amostras usadas noutros estudos é útil? Ou é importante evitar beneficiários visados que já tenham sido entrevistados noutros estudos para evitar a dessensibilização causada pelos inquéritos?
- É útil recolher informações junto de indivíduos ou grupos que não eram beneficiários visados (por exemplo, que podem tirar benefícios ou ser afectados de forma adversa indirectamente)?

B5. Até que ponto é que os investigadores precisam de ocultar informações?

A ocultação, nomeadamente a dupla ocultação, pode ajudar a reduzir o risco de desvios pró-projecto e aumentar assim a credibilidade das conclusões. Mas até que ponto é que os investigadores em campo irão necessitar de ocultação irá depender dos seus objectivos e do contexto do estudo.

- A dupla ocultação só é possível envolvendo terceiros para que a equipa de investigação em campo possa ser recrutada, treinada e apoiada sem conhecer a identidade da organização que está a implementar o projecto ou a encomendar o estudo.
- Pode ser mais apropriada uma ocultação parcial. Por exemplo, uma equipa de investigadores de confiança pode ser recrutada directamente por um comissário, mas sem que lhe seja disponibilizada informação sobre o projecto que está a ser avaliado.
- Sem a ocultação, uma equipa de investigadores de confiança pode obter informações mais detalhadas e relevantes sobre o projecto. A respectiva experiência profissional e integridade podem ser mais do que suficientes para garantir que são imparciais e que não irão levar os entrevistados a responder a perguntas de acordo com um entendimento e interesses pré-definidos.
- Poderá não ser necessária ocultação se for impraticável, antiético ou perigoso ocultar informações tanto aos entrevistadores como aos entrevistados. Continua a ser possível concentrarmo-nos antes na concepção de um questionário aberto e exploratório, posicionando o estudo num contexto mais vasto e encorajando os entrevistados a ter como referência esse contexto mais vasto quando pensarem nos motivadores da mudança.

Qualquer investigação que envolva pessoas, quer como participantes, quer como entrevistados, deve ter como base princípios éticos. Ocultar informações dos entrevistados levanta questões éticas específicas que precisam de ser avaliadas cuidadosamente antes de cada estudo. A ocultação não precisa de ser completa ou permanente. É também possível utilizar uma ocultação temporária como meio apropriado para atingir um fim benéfico. As organizações que encomendam estudos QuIP são encorajadas a incluir workshops de triangulação, feedback e "desocultação" para os quais tanto a equipa em campo como os entrevistados podem ser convidados depois de recolhidos e analisados os dados. As decisões sobre a quantidade exacta de detalhes que serão ocultados e revelados podem ser tomadas na fase de concepção, juntamente com um acordo sobre os princípios e procedimentos éticos relativos à confidencialidade e ao anonimato.

B6. Que formato assumem as entrevistas?

O QuIP emprega dois instrumentos principais de recolha de dados: entrevistas semiestruturadas a nível do agregado familiar e entrevistas facilitadas em grupos-alvo. O questionário utilizado em ambas tem como base uma série de domínios de meios de subsistência e bem-estar concebidos de forma a abranger resultados especificados numa teoria da mudança específica do projecto. Por exemplo, um projecto concebido para promover a subsistência da agricultura familiar, segurança alimentar e nutrição pode incluir domínios de:

- Produção alimentar
- Consumo alimentar
- Rendimento
- Gastos em dinheiro
- Relações dentro do agregado familiar
- Relações exteriores ao agregado familiar
- Bem-estar geral

As perguntas são elaboradas de forma a estimular a discussão de forma aberta, com listas de perguntas suplementares disponíveis para sustentar e aprofundar as conversas sobre as mudanças observadas pelo entrevistado e os motivos por detrás delas. À discussão aberta de um domínio seguem-se perguntas fechadas, que são uma forma útil de encerrar a discussão desse domínio antes de passar ao próximo.

Exemplo de perguntas relativas a um domínio sobre produção alimentar

Pergunta aberta

- Pode dizer-me de que forma é que a sua capacidade de produzir os seus próprios alimentos, enquanto agregado familiar, mudou nos últimos dois anos, se é que mudou?

Perguntas suplementares

- *O que produz mais?*
- *O que produz menos?*
- *Em que estações é que houve mudanças maiores?*
- *Que razões houve para essas mudanças?*
- *Começou a executar actividades novas para ajudar a produzir mais alimentos?*
- *Deixou de fazer alguma coisa?*
- *Está a fazer alguma coisa de forma diferente?*
- *E porque motivo?*

Pergunta fechada

- De um modo geral, durante esse período, de que forma é que se alterou a capacidade do seu agregado familiar produzir alimentos suficientes para as necessidades existentes? [Melhorou, Não houve alterações, Piorou, Não sabe ao certo]

As entrevistas geralmente duram entre cerca de 60 e 90 minutos, portanto, deve ser dado tempo suficiente para que as equipas de investigação encontrem os entrevistados, se apresentem, façam as entrevistas e, de preferência, redijam notas no mesmo dia (a partir de gravações, sempre que possível, ou utilizando os serviços de um segundo anotador presente nas entrevistas).

B7. Análise e apresentação dos dados

Um problema habitual na investigação qualitativa e na avaliação do impacto é saber como organizar e dar sentido a grandes quantidades de dados em texto, e fazê-lo de forma transparente, de modo que as generalizações deles extraídas possam ser revistas por pares. Estas foram as características motivadoras subjacentes à abordagem de análise de dados desenvolvida para dados do QuIP. O processo pode ser dividido em cinco etapas:

1. Familiarização com todos os dados, através da respectiva leitura e releitura
2. Atribuição de segmentos dos textos a diferentes códigos
3. Identificação de temas, histórias ou argumentos mais amplos, que possam combinar diferentes elementos codificados
4. Verificação desses temas e dos conjuntos de dados codificados que os suportam, comparando-os com os dados originais, em conjunto com a equipa que fez a encomenda
5. Relatar as conclusões a outras pessoas de forma credível e directa, sem perder de vista a riqueza dos dados subjacentes

No entanto, este processo só em raras situações é rigorosamente linear, servindo a etapa 5 como lembrete específico e importante de que o processo analítico é iterativo. Em simultâneo, o QuIP também envolve tarefas estruturadas de forma mais rígida, o que o distingue de formas ainda mais fluídas de fazer a análise temática em investigação social.

Uma das etapas mais mecânicas é a de analisar as perguntas fechadas sobre cada domínio. É fácil produzir automaticamente uma descrição geral destes resultados, conforme ilustrado abaixo. Isto permite que tanto o analista como os utilizadores do estudo fiquem com uma noção rápida de quem eram os entrevistados e qual era sua percepção da mudança, dentro de um período especificado, em todos os domínios. No entanto, mesmo esses dados podem ser apresentados e interpretados de muitas maneiras diferentes. Por exemplo, é possível revelar padrões ordenando a lista de acordo com diferentes características socioeconómicas (por exemplo, por idade, sexo, localização e/ou grupo de riqueza). Os dados podem também ser triangulados em relação às mudanças medidas utilizando dados de monitorização quantitativos de linha de base e de linha final.

Exemplo de tabulação automática das respostas às perguntas fechadas

	Wealth Group	Home food production	Money from livestock	Money from other sources	Quantity of food	Variety of diet	Purchasing power	Value of assets	Health of children	School attendance	Amount children working
DHFC-2	Middle	-	-	-	-	-	-	-	=	+	=
DHMC-4	Middle	-	-	-	-	-	-	-	=	=	=
DHMC-5	Middle	=	-	+	+	+	+	-	+	+	+
DHMC-6	Middle	+	+	+	+	+	+	+	=	=	=
DHFC-7	Middle	+	+	-	+	-	-	-	+	+	+
DHMC-11	Middle	=	=	+	+	=	-	+	+	+	-
DHFC-3	Middle	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+

Essa análise inicial fornece um perfil útil da amostra e da experiência de mudança dessa amostra, mas não revela nada sobre os processos causais subjacentes às mudanças observadas. Para consegui-lo, a análise do QuIP envolve a codificação de segmentos dos dados narrativos que fazem afirmações causais (por exemplo, "X causou Y" ou "Y aconteceu por causa de X e Z").

A análise de texto do QuIP baseia-se em duas abordagens bem estabelecidas das ciências sociais: Análise de dados qualitativa e mapeamento causal; codificar e resumir os dados "dedutivamente", utilizando temas predeterminados, ou mais "indutivamente", identificando repetições e padrões – e utilizando essa codificação para construir mapas causais. A codificação do QuIP também envolve tarefas estruturadas de forma mais rígida, o que o distingue de formas mais fluídas de fazer a análise temática em investigação social. Recomendamos que sejam codificados apenas segmentos dos dados que façam afirmações causais (por exemplo, "X causou Y" ou "Y aconteceu por causa de X e Z") e que seja utilizada essa codificação para sinalizar:

- **motivadores de mudança/influências** – com base na classificação indutiva das razões subjacentes a qualquer mudança ou resultado;
- **resultados/consequências** – também com base na classificação indutiva e permitindo a classificação de conjuntos de ligação de motivadores a resultados sem limites; um motivador que conduz a um resultado, que por sua vez motiva outro resultado, ou um motivador que conduz a vários resultados simultaneamente
- uma afirmação de **atribuição** – codificação dedutiva baseada na sua teoria da mudança (a menos que o seu estudo seja puramente exploratório); em que medida é que o motivador da mudança na história corrobora ou desafia implicitamente a teoria da mudança, ou é acidental, mas potencialmente significativo?

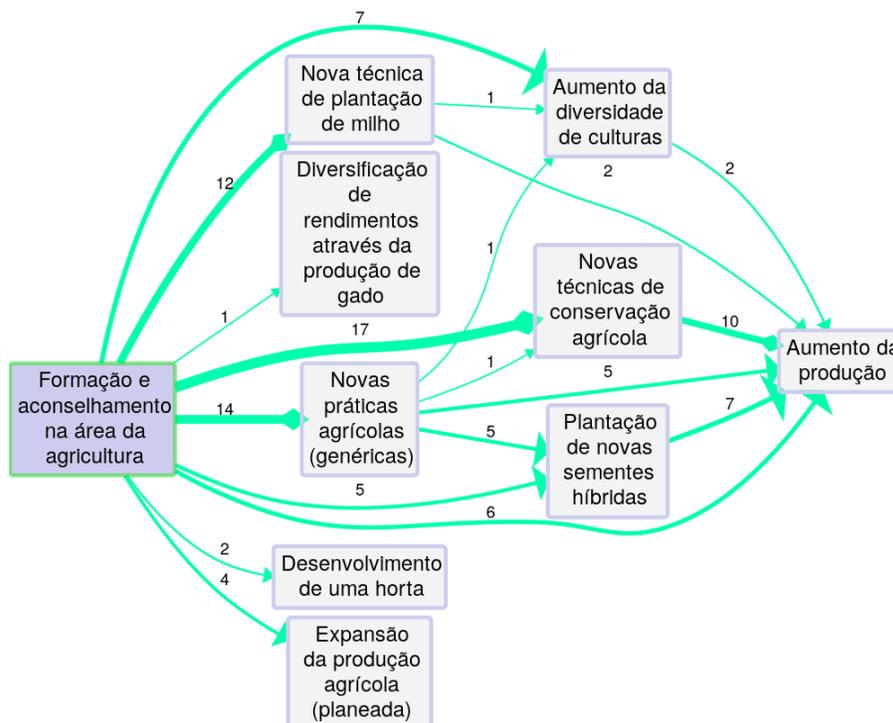
Esta abordagem à codificação permite a análise das experiências relatadas pelos entrevistados e da forma como diferentes motivadores podem ter interagido para mitigar ou ajudar a conseguir a mudança pretendida. Ao contrário dos investigadores em campo, os analistas de dados do QuIP precisam de ser totalmente informados dos detalhes do projecto, a fim de codificar a atribuição. Têm como tarefa avaliar a forma como os dados se relacionam com a teoria da mudança do projecto em função de os entrevistados (a) atribuírem **explicitamente** o impacto às actividades do projecto, (b) fazerem declarações que são **implicitamente** coerentes com a teoria da mudança do projecto, (c) fazerem referência a motivadores de mudança que são **acidentais** nas actividades do projecto. As declarações também podem ser codificadas em função de os entrevistados descreverem os efeitos como positivos ou negativos.

Estão disponíveis no mercado vários pacotes de software de análise qualitativa, e até o Excel pode, por vezes, fazer o que é necessário, mas a ênfase do QuIP nas conexões causais levou a BSDR a investir na criação de um software (www.causalmap.app) que facilita a codificação da causa e do efeito em histórias de mudança, com geração automática de mapas à medida que a codificação vai sendo feita. Os analistas destacam citações dentro das narrativas e, para cada citação, identificam um par de factores causais: a causa e o efeito. À medida que o analista continua a identificar afirmações causais dentro das narrativas, vai reutilizando os factores existentes mencionados pelo mesmo entrevistado ou por outros entrevistados. Desta forma, pode ser construído um mapa causal que mostra todas as ligações entre todos os factores causais. O resultado pode ser uma rede ou um mapa rico, com muitas centenas de factores e ligações causais, que resume as histórias contadas por todos os entrevistados. Esse mapa pode então ser agregado e filtrado para mostrar aspectos particulares das histórias e permitir ver de que forma é que podem diferir as histórias de entrevistados com características diferentes.

As visualizações e cálculos da aplicação Causal Map podem ajudar a responder a perguntas como:

1. Existem evidências de que o programa está a ter o efeito esperado nos beneficiários visados e, em caso afirmativo, *quantas* evidências existem?
2. Houve outros factores a afectar os resultados esperados e, em caso afirmativo, quantas evidências existem?
3. O programa teve algum efeito inesperado, positivo ou negativo?
4. Que motivadores de mudança, ou padrões que possam informar a concepção de futuros programas, foi possível identificar?
5. Existem diferenças significativas entre os mapas quando analisados em função de diferentes grupos etários, género, etc.?

Exemplo de mapa causal com apresentação dos resultados associados a um motivador (com totais de citações incluídos)



Nas análises do QuIP, as posições dos entrevistados estão sempre na frente e no centro: todas as conexões causais codificadas estabelecem uma ligação transparente com o texto original, para que qualquer pessoa que pergunte "de onde veio esta ligação?" possa ler as palavras originais do entrevistado. Um dos objectivos dos relatórios do QuIP é encorajar o leitor a envolver-se nas declarações originais dos entrevistados e a lê-las no seu contexto.

Exemplo de citações geradas automaticamente associadas a um mapa causal ou a uma consulta específica

From: (HN) Improved hygiene practices [P], To: (E) Reduction in mosquito breeding environments [P], 1 mentions

Such practices include use of the pit latrine which is covered after use, washing hands after visiting the toilet and before eating or handling any food, washing hands after changing baby nappies and keeping the household and its surroundings clean to avoid the breeding of mosquitoes which cause malaria [Source: mjf-7]

From: (HN) Increased WASH knowledge, To: (HN) Improved hygiene practices [P], 1 mentions

They have adopted hygienic practices at the household to avoid contamination which may lead to disease outbreak. Organisation X has been promoting hygienic practices among the beneficiaries of their interventions since last year. Such practices include use of the pit latrine which is covered after use, washing hands after visiting the toilet and before eating or handling any food, washing hands after changing baby nappies and keeping the household and its surroundings clean to avoid the breeding of mosquitoes which cause malaria. Before Organisation X introduced their interventions, the family used to access information regarding sanitation and hygiene from the Health Surveillance Assistant who is a government agent whose job is to promote public health awareness in the community among other duties. However, Organisation X are doing it intensively and are able to visit each household of the beneficiary to see for themselves if people really put into practice whatever they are taught to do to improve on household hygiene. [Source: mjf-7]

Os dados resultantes da consulta e da análise dos mapas causais podem ter um efeito muito poderoso e ser utilizados para gerar outras tabelas e visualizações.

B8. Utilização dos dados e da análise do QuIP

A análise de dados acima descrita pode ser adaptada e levada mais longe de várias maneiras. As tabelas de resumo e os mapas são normalmente incorporados num relatório escrito que também extrai citações dos dados narrativos da fonte para ilustrar e comentar as principais conclusões. No entanto, o uso de conclusões não tem de basear-se na produção escrita. Por exemplo, se uma equipa treinada pertencente à organização que fez a encomenda fizer a codificação, a aprendizagem interna começa antes ainda de a análise terminar. Podem também ser utilizados painéis interactivos para estruturar reuniões de feedback com a equipa do projecto, os vários entrevistados e outras partes interessadas.

São os próprios entrevistados que indicam à análise do QuIP os resultados que são importantes. Por isso, é lógico envolver os entrevistados em workshops de triangulação e permitir-lhes que desafiem, corroborem e complementem os resultados. Isto desempenha uma função de garantia da qualidade e simultaneamente aprofunda a compreensão das mudanças que ocorreram, quem foi afectado por elas, como e porquê.

As principais perguntas interpretativas são:

- Em que medida é que as conclusões são coerentes tanto com os mecanismos de transmissão como com os resultados pretendidos estabelecidos na teoria da mudança?
- Que evidências de processos e resultados geradas não são coerentes com a teoria da mudança original, e como pode isso ser explicado?
- Que margem existe para generalizar razoavelmente as conclusões a todo o projecto, tendo em conta as características de toda a amostra de beneficiários visados e da amostra dos entrevistados?
- O que explica as diferenças a nível dos processos e resultados do projecto pretendidos e observados e quais são as implicações para as actividades futuras?

- Os dados são coerentes ou não correspondem aos dados de monitorização quantitativos, bem como aos dados recolhidos junto de outras fontes (incluindo reuniões com a equipa do projecto)? Qual é a melhor forma de interpretar as diferenças e as semelhanças?

Deve ser colocado à disposição do comissário um relatório com tabelas de resumo nucleares e outras visualizações de dados que destaquem os padrões mais interessantes nos dados, com as transcrições codificadas anexas (e o painel de dados, quando relevante) para que seja mais fácil encontrar os dados originais. Isto garante que todos os dados se encontram disponíveis, e não apenas as citações extraídas seleccionadas pelo avaliador, e que exista uma razão clara para os extractos terem sido seleccionados.

Uma vez feita a análise (e se existirem poucas probabilidades de pedir à equipa de investigação para participar noutros estudos em ocultação), uma fase final de grande impacto em qualquer estudo QuIP é organizar uma ou mais triangulações integralmente sem ocultação ou workshops de "sensemaking" que envolvam a equipa do projecto, a equipa de investigação, os entrevistados e outras partes interessadas relevantes. Isto garante maior transparência e permite que os investigadores apresentem a sua interpretação das conclusões, com base no que escreveram, nas suas observações directas em campo e numa experiência mais ampla. As discussões que ocorrerem nesses workshops podem ser úteis para colocar as conclusões do QuIP num contexto mais amplo e começar a formular recomendações internas para acções práticas.

Conclusões negativas ou inesperadas podem ser uma fonte de tensão interna, e alguns colaboradores ou partes interessadas podem preferir vê-las ocultadas ou ignoradas sem que seja feita uma reflexão adequada (uma questão que também pode surgir na discussão de relatórios preliminares). Essas tensões podem ser vistas como obstáculos para a conclusão dos estudos, com exigências não planeadas e injustificadas em termos de tempo e recursos, mas também podem ser excelentes oportunidades de aprendizagem.

Uma iniciativa alternativa de acompanhamento pode ser os comissários relatarem conclusões anonimizadas aos entrevistados do estudo através de um ou mais grupos-alvo. Dispõe-se assim de uma oportunidade para agradecer aos entrevistados por terem participado e para explorar a forma como interpretam as conclusões em mais detalhe. Conclusões incertas e perguntas específicas que não obtiveram resposta nas entrevistas originais podem ser exploradas de forma mais aprofundada, podendo também ser discutida a possibilidade de realizar o seguimento das actividades do projecto.